

Convite n.º 07/REACT-EU/2021 para Apresentação de Candidatura

Estágios Ativar.pt
Apoio à Criação de Emprego

Aviso Convite n.º 07/REACT-EU/2021

REACT-EU



REACT-EU

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO CONVITE N.º 07/REACT-EU/2021

ESTÁGIOS ATIVAR.PT

APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO

EIXO VIII – REACT-EU FSE (OT 13 – PI 13.1 FSE)

PROGRAMA OPERACIONAL

COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

COMPETE 2020

22 DE OUTUBRO DE 2021



REACT-EU

Índice

Preâmbulo	3
1. Enquadramento, objetivos e prioridades	4
2. Tipologia de operações	5
3. Beneficiário	5
4. Destinatários elegíveis	5
5. Área geográfica de aplicação	5
6. Condições de elegibilidade das operações	5
7. Número de candidaturas a apresentar	6
8. Critérios de elegibilidade do beneficiário	6
9. Regime de financiamento e limites à elegibilidade das despesas	6
10. Forma dos apoios	7
11. Taxas de financiamento	7
12. Pagamento do incentivo	7
13. Reduções e revogações	7
14. Tratamento de dados pessoais	7
15. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas	7
16. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	8
17. Aceitação da decisão	8
18. Condições de alteração da operação	9
19. Obrigações do beneficiário	9
20. Dotação indicativa do fundo a conceder	9
21. Identificação dos indicadores de realização e de resultado	9
22. Divulgação de resultados e pontos de contato	10
Anexo A – Metodologia de aplicação de custos simplificados	11
Anexo B – Tabelas normalizadas de custos unitários ⁽¹⁾	12
Anexo C - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas	13



REACT-EU

Preâmbulo

O presente Aviso Convite insere-se no âmbito do Objetivo Temático/Prioridade de Investimento 13i - (FSE) “Promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais, e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia”, enquadrado no Eixo VIII - REACT-EU FSE do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020).

Neste contexto, verificando-se que:

- O Comité de Acompanhamento do COMPETE 2020 aprovou a integração da iniciativa REACT-EU (*Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe*) no texto do Programa;
- A Comissão Europeia, através da Decisão C(2021) 4849, de 28 de junho, procedeu à sua aprovação formal;
- A reprogramação do Programa Operacional Competitividade e internacionalização - COMPETE 2020 passou a incluir mais dois Eixos Prioritários na estrutura programática, no qual insere a referida Prioridade de Investimento,

a Autoridade de Gestão do COMPETE 2020 (AG) procede ao lançamento do presente Aviso Convite, o qual é elaborado nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 16.º do [Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento \(FEEI\)](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e alterado pelo [Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro](#), pelo [Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro](#), pelo [Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto](#) e pelo [Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março](#).

Pela natureza dos apoios, o presente Aviso Convite respeita o fixado no [Regulamento sobre as Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu \(FSE\)](#), aprovado pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, e alterado pela [Portaria n.º 242/2015](#), de 13 de agosto, pela [Portaria n.º 122/2016](#), de 4 de maio, pela [Portaria n.º 129/2017](#), de 5 de abril, pela [Portaria n.º 19/2018](#), de 17 janeiro, pela [Portaria n.º 175/2018](#), de 19 de junho, pela [Portaria n.º 382/2019](#), de 23 de outubro, pela [Portaria n.º 127/2020](#), de 26 de maio, pela [Portaria n.º 255/2020](#), de 27 de outubro e pela [Portaria n.º 43/2021](#), de 23 de fevereiro.

Assim, determina-se o seguinte:



REACT-EU

1. Enquadramento, objetivos e prioridades

O presente Aviso Convite estabelece as condições de acesso e as regras gerais de cofinanciamento de operações específicas de apoio à criação de emprego, inseridas no domínio de intervenção do Eixo VIII - REACT-EU FSE do COMPETE 2020.

Esta vertente de intervenção concretiza as medidas de política ativa de emprego, promovendo a ativação de pessoas em situação de desemprego através da criação de emprego, e em concreto de emprego de qualidade, *com apoios à contratação sem termo*, e através de *estágios profissionais*, numa lógica de apoios à transição para a vida ativa de jovens e de (re)qualificação de pessoas em situação de desemprego, o que assume particular relevância face às consequências da crise pandémica, nomeadamente em termos dos seus impactos no tecido socioeconómico.

Focando-se esta linha de apoio na integração no mercado de trabalho de pessoas em situação de desemprego, as medidas de ativação de emprego priorizam os públicos mais vulneráveis (DLD, beneficiários do rendimento social de inserção, pessoa com deficiência e incapacidade, pessoa que integre família monoparental, vítima de violência doméstica, etc.).

É reconhecida a relevância das medidas de estágios profissionais no quadro nacional de políticas ativas de emprego, constituindo-se como um importante instrumento facilitador da transição dos jovens e adultos do sistema de educação e formação profissional, do desemprego ou da inatividade para o emprego, proporcionando aos seus destinatários a aquisição de uma experiência prática em contexto de trabalho, potenciando, por esta via, as suas condições de empregabilidade.

A medida **Estágios ATIVAR.PT** visa o apoio a programas de estágio, constituindo-se uma experiência prática em contexto de trabalho, tendo em vista promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados.

O estágio traduz-se numa forma de transição para a vida ativa e não pode consistir na ocupação de posto de trabalho. Podem ser desenvolvidos estágios para acesso a profissões reguladas, em articulação e mediante decisão das Associações Públicas Profissionais (Ordens Profissionais, por exemplo).

Pretende-se com esta medida: i) complementar e desenvolver as competências dos desempregados, nomeadamente dos jovens, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através de experiência prática em contexto de trabalho; ii) apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; iii) promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas; e iv) apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.



REACT-EU

2. Tipologia de operações

São elegíveis aos apoios os estágios previstos na Portaria n.º 206/2017, de 27 de agosto, alterada e republicada pela [Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho](#), que institui a medida Estágios ATIVAR.PT, regulada pelas [Medidas de Apoio](#), conforme disponibilizado em www.iefp.pt/estagios¹.

3. Beneficiário

O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP), enquanto organismo responsável pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, constitui-se como beneficiário do presente Aviso Convite, nos termos previstos no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua atual redação.

4. Destinatários elegíveis

São destinatários dos apoios as pessoas em situação de desemprego que cumpram os requisitos previstos nos diplomas normativos enquadramentos da política pública identificados no ponto 2 do presente Aviso Convite.

5. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso Convite tem aplicação nas regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo, sendo a elegibilidade geográfica determinada pelo local onde se realizam os estágios.

6. Condições de elegibilidade das operações

As operações candidatas ao presente Aviso Convite devem satisfazer os seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no ponto 1;
- b) Respeitar a tipologia de operações prevista no ponto 2;
- c) Justificar a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- d) Apresentar uma caracterização técnica e fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;

¹ No âmbito do presente AAC, todas as referências efetuadas aos diversos diplomas legais devem considerar-se automaticamente substituídas por aquelas que os venham alterar.



REACT-EU

- e) Incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os objetivos propostos bem como monitorizar o seu grau de execução e o cumprimento dos resultados previstos;
- f) Ter uma duração máxima de 36 meses, devendo estar concluídas até 30 de junho de 2023, sendo que os estágios integrados nas candidaturas devem respeitar idêntica calendarização;
- g) Nos termos do n.º 6 do artigo 65.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterado pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018 e pelo Regulamento (UE) 2020/460 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de março, não podem ser selecionadas para efeitos de financiamento as operações que estejam materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura;
- h) Não são elegíveis ações que já tenham obtido financiamento por outro programa operacional, devendo ser garantida a inexistência de sobreposição de financiamentos e assegurada a devida pista de auditoria que permita identificar a necessária segregação das ações apoiadas por outros programas operacionais;
- i) Anexar ao formulário de candidatura, através de *upload*, a seguinte documentação:
 - Fundamentação da operação, em particular o seu contributo para os objetivos da tipologia;
 - Explicitação e justificação do financiamento solicitado.

7. Número de candidaturas a apresentar

No âmbito do presente Aviso Convite apenas pode ser apresentada uma candidatura por cada região NUTS II abrangida.

8. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O beneficiário deve garantir o cumprimento dos critérios de elegibilidade e de não impedimento, previstos nos artigos 13.º e 14.º, respetivamente, do Regulamento Geral dos FEEL.

9. Regime de financiamento e limites à elegibilidade das despesas

As operações a selecionar serão apoiadas através do regime de custos simplificados, na modalidade de tabela normalizada de custos unitários, prevista na alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Regulamento Geral dos FEEL, e aprovada pela CIC Portugal 2020, através da Deliberação



REACT-EU

n.º 28/2021, de 6 de setembro, disponível no Anexo A ao presente Aviso Convite, encontrando-se as tabelas normalizadas de custos unitários (€/mês) descritas no Anexo B.

No âmbito das operações a apoiar, as despesas são elegíveis a partir de 01/02/2020, conforme previsto no Regulamento (UE) 2020/2221 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de dezembro de 2020, que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita aos recursos adicionais e às disposições de execução a fim de prestar assistência à promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19 (REACT-EU).

A elegibilidade final das despesas é de 45 dias úteis após a conclusão da operação, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

10. Forma dos apoios

O apoio a conceder assume a natureza de financiamento não reembolsável.

11. Taxas de financiamento

O financiamento a conceder é calculado com base na aplicação da taxa de 100%.

12. Pagamento do incentivo

O pagamento do incentivo Fundo Social Europeu (FSE) ao beneficiário encontra-se regulado pelos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Regulamento Geral dos FEEL.

13. Reduções e revogações

O incumprimento das obrigações do beneficiário bem como a inexistência ou a perda de quaisquer requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, conforme estabelecido no artigo 23.º do Regulamento Geral dos FEEL.

14. Tratamento de dados pessoais

O beneficiário deve assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativamente a dados pessoais que disponibilize para efeitos das candidaturas e da sua execução.

15. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação das candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no [Balcão 2020](#).

Nessa área reservada, o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.



REACT-EU

Por uma questão de prudência, o beneficiário deve evitar a submissão das candidaturas nos últimos dias do prazo limite definido, dado que a submissão tardia poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação/submissão e, consequentemente, a sua não aceitação.

Ao abrigo do presente Aviso Convite o prazo para a apresentação das candidaturas decorre entre o dia 25 de outubro de 2021 e o dia 30 de novembro de 2021 (19 horas).

16. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade previstos neste Aviso Convite.

O beneficiário é notificado das correspondentes propostas de decisão das candidaturas, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos, sendo o mesmo ouvido no procedimento, nos termos legais, efeito para o qual é concedido um prazo máximo de 10 dias úteis, contado a partir da data da notificação atrás referida, para apresentar eventuais alegações em contrário.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas, que pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos, é proferida pela AG até ao prazo máximo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Aviso Convite.

O mencionado prazo de decisão suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez. A não apresentação no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam considerados determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela AG.

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão, conforme diagrama em Anexo C.

17. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação, podendo ser utilizado o Cartão do Cidadão (CC) ou Chave Móvel Digital (CDM), com recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) o qual implica um registo prévio em <https://www.autenticacao.gov.pt/a-autenticacao-de-profissionais> com vista à obtenção do atributo SCAP "Apresentação e execução de candidaturas a fundos nacionais ou comunitários" associado ao Cartão do Cidadão.



REACT-EU

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral dos FEEL, a decisão de aprovação caduca caso o termo de aceitação não seja submetido ou devolvido devidamente assinado no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e devidamente aceite pela AG.

18. Condições de alteração da operação

Estão sujeitas a nova decisão da AG todas as alterações referidas no n.º 7 do artigo 20.º do Regulamento Geral dos FEEL.

Os resultados contratados podem ser objeto de revisão, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Regulamento Geral FEEL, mediante pedido do beneficiário, quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, inultrapassáveis e não imputáveis ao beneficiário, e desde que a operação continue a garantir as condições mínimas de seleção do respetivo Aviso Convite.

19. Obrigações do beneficiário

Constituem-se obrigações do beneficiário, para além das previstas no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Geral dos FEEL:

- a) Organizar um processo técnico da operação cofinanciada nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação;
- b) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria;
- c) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projeto;
- d) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do incentivo;
- e) Comunicar a mudança de conta bancária.

20. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do fundo FSE afeta ao presente Aviso Convite é de 115.000.000€ (cento e quinze milhões de euros), podendo vir a ser reforçada por decisão da AG caso se revele necessário.

21. Identificação dos indicadores de realização e de resultado

São objeto de contratualização e monitorização os objetivos previstos na candidatura em matéria de realização e de resultados:

- a) **Indicador de realização:**



REACT-EU

Participantes apoiados para combater ou contrariar os efeitos da pandemia de COVID-19
(Código: CV31)

Pretende-se a indicação do número (n.º) de participantes que são objeto dos estágios profissionais.

b) Indicador de resultado:

Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em estágios profissionais

Pretende-se a indicação da percentagem (%) de participantes que estejam empregados 6 meses depois da participação nos estágios profissionais, tendo em conta o total de participantes.

Fórmula de cálculo para apuramento da meta do Indicador de resultado:

$$\frac{\text{Nº de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio}}{\text{Nº de participantes desempregados que beneficiam de estágios}} \times 100\%$$

Este indicador contribuirá para a contabilização do indicador do PO: Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação e nos estágios profissionais (Código: CVR1).

Prosseguindo uma orientação para resultados, a operação deverá contemplar a recolha de informação necessária que permita a aferição destes indicadores até ao seu encerramento, momento em que se afere a concretização dos objetivos e condições subjacentes à aprovação. Uma avaliação positiva possibilitará o pagamento integral do incentivo.

22. Divulgação de resultados e pontos de contato

No portal [Portugal 2020](#), o candidato tem acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o aviso convite;
- c) A pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste Aviso Convite.

Presidente Comissão Diretiva do PO
Competitividade e Internacionalização

Nuno Mangas



REACT-EU

Anexo A – Metodologia de aplicação de custos simplificados

Deliberação n.º 28/2021

Metodologia de aplicação de custos simplificados no âmbito dos Estágios Profissionais

Através da Deliberação n.º 22/2018, de 2 de Novembro, da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, foi aprovada a atualização da metodologia de custos simplificados, na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, em conformidade com as regras constantes do documento metodológico em anexo à referida deliberação, a aplicar pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, no âmbito das ações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º e na alínea a) do n.º 9 do artigo 153.º da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 181-C/2015, de 19 de junho, n.º 265/2016, de 13 de outubro, n.º 41/2018, de 1 de fevereiro e n.º 235/2018, de 23 de agosto.

Face à necessidade de alargar ao Programa Operacional Competitividade e Internacionalização a aplicação da referida metodologia de custos simplificados para cofinanciamento de estágios aprovados por aquele PO, inseridos no âmbito da PI 13.i em resultado da integração da iniciativa REACT-EU no texto do Programa, a CIC Portugal 2020 deliberou, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na atual redação, e do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, aprovado pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na atual redação, ao abrigo do artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 27/2019, de 13 de novembro, sob proposta das Autoridades de Gestão respetivas e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, adotar, para cofinanciamento dos Estágios, aprovados pelo Programa Operacional da Inclusão Social e do Emprego, Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve e Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, a modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, em conformidade com as regras constantes do documento metodológico em anexo à presente Deliberação e que dela faz parte integrante,

CIC Portugal 2020, 6 de setembro de 2021.

O Ministro do Planeamento

(Nelson de Souza)

ANEXO

Metodologia de aplicação de Opções de Custos Simplificados

Cofinanciamento através da modalidade de **Tabela Normalizadas de Custos Unitários**,

Conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento Geral (Reg. UE n.º 1303/2013) e
alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro

Estágios Profissionais

1. Estágios

Os estágios visam possibilitar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras, com vista a apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, visando a integração neste último, quer se destinem à integração de desempregados e inativos ou de jovens. Visam também o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.

No âmbito do domínio temático da Inclusão Social e Emprego, os apoios nestes domínios apresentam o seguinte enquadramento:

- **Enquadramento no domínio temático da Inclusão Social e Emprego**

PI	Objetivo específico	Ações
Estágios		
8.i	Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.	Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho
		Inclui ações que visam criar condições adequadas à promoção do emprego de desempregados, apoiando a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho e a integração profissional de desempregados com particulares dificuldades no acesso ao mercado, através da realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras
8.ii	Integração sustentável no mercado de laboral dos jovens, em especial, os que não trabalham, não estudam,	Integrar os jovens no mercado de trabalho, através do aumento de oportunidades de acesso e de
		Inclui ações que visam criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de jovens desempregados, através da realização de

	nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.	manutenção sustentada do emprego	uma experiência prática em contexto de trabalho que irá facilitar a transição no final do percurso de educação/formação para o mercado de trabalho, melhorar o seu perfil de empregabilidade e, simultaneamente, promover o conhecimento junto das empresas de novas competências que podem ser geradoras de oportunidades de criação de emprego em novas áreas
9.i	Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	As ações a desenvolver no âmbito deste objetivo deverão permitir: i) aumentar o número de pessoas integradas no mercado de trabalho após a participação nas ações aqui enquadradas; ii) aumentar a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis, apostando fundamentalmente no desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social; iii) aumentar as competências dos adultos pertencentes a grupos vulneráveis, designadamente em termos de competências básicas de leitura, escrita, cálculo, uso de TIC e domínio da língua portuguesa.

- **Enquadramento na Iniciativa REACT_EU:**

13.i¹	Promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19 e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia, enquadrado no Eixo VIII - REACT-EU FSE do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)	Apoio à criação de emprego	As ações a desenvolver no âmbito deste objetivo deverão permitir: i) complementar e desenvolver as competências dos desempregados, nomeadamente dos jovens, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através de experiência prática em contexto de trabalho; ii) apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; iii) promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas; e iv) apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.
-------------------------	---	----------------------------	--

¹ No âmbito da aprovação pela Comissão Europeia, através da Decisão C(2021) 4849, de 28 de junho, da reprogramação do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização referente à integração da Iniciativa REACT_EU, foi introduzido o referido Objetivo Específico, no âmbito da PI 13.i e do Eixo 8 do referido Programa.

2. Modelo de custos simplificados

- **Objetivos a atingir com a aplicação do modelo**

- Simplificar a utilização e a transparência dos FEEI – Fundos Europeus e Estruturais de Investimento, com a aplicação de tabelas normalizadas de custos unitários;
- Criar um mecanismo de execução simplificado, desburocratizando e racionalizando os procedimentos das entidades beneficiárias;
- Reforçar a abordagem dos Fundos orientada para os resultados, valorizando a avaliação dos aspetos qualitativos.

- **Modalidade de OCS**

A metodologia de custos simplificados assenta na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, no enquadramento do estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento Geral (Reg. UE n.º 1303/2013) e na alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

- **Âmbito de Aplicação**

PI	PO	Eixo
Estágios		
8.i	PO ISE	1
	POR Lisboa	5
	POR Algarve	5
8.ii	PO ISE	1 e 2
9.i	PO ISE	3
	POR Lisboa	6
	POR Algarve	6
13.i	PO CI	8

- **Beneficiários**

No âmbito das tipologias de operação abrangidas neste documento o IEFP, I.P. é a entidade beneficiária direta do POISE, POR Lisboa, POR Algarve e POCL, na qualidade de Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP).

- **Ações elegíveis**

São elegíveis as ações que cumpram os critérios previstos nos respetivos diplomas normativos enquadadores das políticas públicas, designadamente as seguintes:

- **Estágios** (*alínea a) do art.º 24 da Portaria 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual, para o domínio Inclusão Social e Emprego, e o texto programático do eixo 8 do PO CL, para a Iniciativa REACT_EU*).
 - Estágios desenvolvidos em todos os setores de atividade, participados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., (IEFP, I. P.), excluindo estágios curriculares de quaisquer cursos e outros que se encontrem subordinados a um plano que requeira um perfil de formação e competências nas áreas da medicina e enfermagem, designadamente médicos e profissionais de enfermagem.
- **Qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidade** (*alínea a) do n.º 9 do art.º 153 da Portaria 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual*):
 - Estágios de inserção para pessoas com deficiência e incapacidade.

- **Enquadramento legal**

Cada aviso para apresentação de candidaturas deverá incorporar as referências aos normativos legais de enquadramento e respetivas tabelas em vigor para aquele período de candidatura.

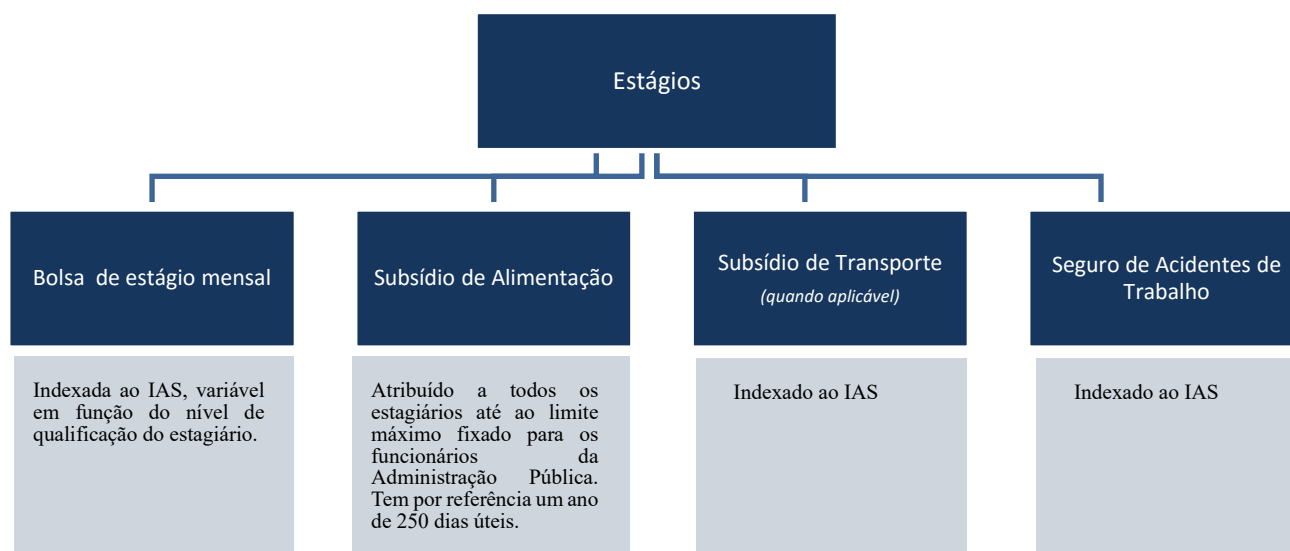
À data deste documento, os diplomas legais² que definem as medidas enquadradas nas tipologias de operação abrangidas por esta metodologia encontram-se identificadas em anexo.

² A publicação de novos diplomas não obriga à alteração da metodologia, atendendo às sucessivas alterações de que é objeto a política pública.

- **Modalidade de OCS: Tabelas normalizadas de custos unitários**

As tabelas de custos unitários assentam nas características objetivas dos beneficiários, existindo tabelas específicas que se destinam ao financiamento de Estágios Inserção de pessoas com deficiência e incapacidade e outros públicos em situações de particular exclusão e vulnerabilidade que, pelas suas características, necessitam de um apoio majorado. As tabelas variam assim por tipologia de estágio e têm em consideração o nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações, bem como a percentagem de comparticipação das bolsas de estágio às entidades promotoras.

As tabelas de custos unitários integram 4 categorias de custos no que respeita aos apoios a atribuir aos estagiários e aos encargos a assumir por parte do IEFP, I.P.



Nota: O esquema representa a totalidade do custo do estágio. O apoio público elegível, a cargo do IEFP, representa uma percentagem deste custo, a qual varia em função, nomeadamente, da dimensão e da natureza da entidade promotora do estágio. O valor remanescente fica a cargo da entidade promotora do estágio.

As características dos Estágios em matéria de duração, tipo de projeto e de apoio a assegurar aos estagiários, decorrem do estipulado na política pública e têm vindo a ser desenvolvidas com base na modalidade de financiamento de tabelas normalizadas de custos unitários, cujas matrizes se encontram publicadas nos respetivos diplomas legais.

FÓRMULA DE CÁLCULO

Custo Unitário

$(P \times IAS \times B) + SA + S + ST$

P (Ponderador). Variável de acordo com o nível de qualificação do estagiário

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

B - % de financiamento que varia em função da natureza e dimensão da entidade promotora do estágio
SA (Subsídio de alimentação). Tem por referência um ano de 250 dias úteis, com o limite máximo fixado para os trabalhadores da administração pública

S (Seguro de Acidentes de Trabalho). Determinado pela aplicação de uma % sobre o IAS

ST (Subsídio de Transporte). Quando aplicável, é determinado pela aplicação de uma % sobre o IAS.

Considerando a necessidade de adaptabilidade da política pública aos contextos socioeconómicos, nomeadamente na variabilidade em curtos espaços de tempo dos montantes dos apoios e níveis de comparticipação, cada aviso para apresentação de candidaturas deverá incorporar os normativos legais de enquadramento e respetivas tabelas em vigor para aquele período de candidatura.

3. Regras de elegibilidade e cofinanciamento

Estágios (*art.º 26 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual, e o texto programático do eixo 8 do PO CI para a Iniciativa REACT_EU*):

Sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as seguintes despesas:

- As que integram a comparticipação dos organismos responsáveis pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, nos termos previstos nos diplomas normativos enquadramentos, no âmbito dos estágios previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da Portaria n.º 97-A/2015, na sua atual redação, e no texto programático do eixo 8 do PO CI para a Iniciativa REACT_EU.

Qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidade (*art.º 155 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual*):

- São elegíveis as despesas que integram a comparticipação do IEFP, I. P., nos termos previstos no diploma normativo enquadrador da política pública.

- **Cessação do apoio**

Decorre do desenho da medida já que prevê um conjunto de normas estritas cujo incumprimento determina o fim da atividade. Assim, a regulamentação aplicável aos Estágios prevê a cessação da frequência do estágio e do respetivo financiamento nas seguintes situações:

- Desistência do estágio (por iniciativa da entidade ou do estagiário);
- Assiduidade, nos termos previstos nos diversos diplomas legais aplicáveis (por exemplo, a ocorrência de 5 dias de faltas injustificadas ou de 15 dias de faltas justificadas, seguidas ou interpoladas).

Assim, estas normas apesar de não constituírem em si uma regra de corte, determinam que o financiamento do estágio é ajustado de acordo com o período temporal de frequência do estagiário.

- **Pressupostos de análise**

As intervenções abrangidas por este modelo financiam apenas custos que se encontram definidos na legislação em vigor, a qual tem sido frequentemente alterada. Decorrente destas alterações não foi possível basear a análise num histórico de financiamento pelo que o presente modelo assenta nas tabelas de custos unitários já definidas e aplicadas pela política pública.

- **Enquadramento das entidades e dos projetos face a contratação pública**

Não existe qualquer financiamento a despesas passíveis de serem enquadradas como aquisições de bens ou serviços pelo que esta matéria não tem aplicação prática nesta tipologia de operação.

- **Enquadramento das entidades e dos projetos face ao regime de Auxílios de Estado**

Constituem requisitos de verificação da existência de um auxílio de Estado:

- Ter carácter público;
- Ser concedida uma vantagem a um potencial beneficiário;
- Ter uma dimensão de seletividade;
- Falsear ou ameaçar falsear a concorrência.

No caso dos estágios profissionais não se pode considerar estar perante uma situação de distorção da concorrência, na medida em que este apoio não constitui um fator com efeitos ao nível dos custos das empresas de acolhimento dos estagiários. Na realidade, o fato de as empresas acolherem um estagiário para nelas desenvolver um plano de estágio não diminui quaisquer custos de funcionamento da empresa, uma vez que tais estagiários não são trabalhadores da empresa, não ocupando, portanto, nenhum posto de trabalho nem satisfazendo necessidades regulares de produção da empresa.

Trata-se da concessão de apoios ao jovem desempregado e não de atribuição de uma subvenção à empresa de acolhimento, ou seja, os apoios não configuram auxílios de Estado, porque quem beneficia destas intervenções são os estagiários. Nesta perspetiva importa também sublinhar que a legislação nacional nem sequer estabelece qualquer obrigação para as referidas empresas de acolhimento de vir a celebrar com os estagiários qualquer tipo de contrato laboral, após o estágio.

Aliás, aos estágios é reconhecido um papel decisivo para facilitar a transição dos jovens do mundo educativo para a esfera laboral, sendo definidos como “um período limitado de experiência profissional numa empresa, organismo público ou instituição sem fins lucrativos por parte de estudantes ou jovens que tenham recentemente concluído os seus estudos, com o objetivo de adquirirem experiência prática válida antes de começarem a trabalhar.”

Assim sendo, as entidades promotoras de estágios nesta tipologia de operação não se enquadram no âmbito da concorrência, pelo que o cofinanciamento do FSE, através dos diversos PO, em caso algum pode ser considerado um auxílio de Estado.

A legislação nacional enquadra estes estágios enquanto medida de política ativa de emprego, através da inserção no mercado de trabalho, que consiste num apoio à inserção de desempregados, visando promover períodos de profissionalização com a finalidade de facilitar a sua transição para o mercado de trabalho, não se podendo confundir com auxílios ao emprego concedidos a empresas, já que não se trata de apoiar uma qualquer relação laboral mas apenas promover e apoiar um dispositivo em que a aquisição e o aperfeiçoamento das competências sócio profissionais dos estagiários é realizada num contexto de aprendizagem em situação de trabalho.

- **Evidências e verificação**

- **Autoridade de Gestão**

No sentido de cumprir com as responsabilidades impostas pelo Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, as Autoridades de Gestão (AG) procedem, no âmbito das operações financiadas na modalidade de custos unitários, à realização de verificações que incidem fundamentalmente sobre os aspetos técnicos e físicos das operações, por forma a verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e o cumprimento das condições de apoio da operação.

As verificações de gestão a realizar consubstanciam:

- Verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso apresentado por parte dos beneficiários;
- Verificações das operações no local.

As **verificações administrativas** incidem obrigatoriamente sobre todos os pedidos de reembolso, incluindo pedidos de reembolso intermédio e de saldo final, e baseiam-se na análise de uma amostra representativa das atividades físicas objeto de financiamento, ou seja, dos estágios registados na execução física das operações.

Considerando que existem aspetos respeitantes à legalidade e regularidade das operações que não podem ser verificados em ambiente “*desk*”, as AG desenvolvem, a título complementar, verificações “*in loco*” das operações, designadas por **verificações no local**, com vista a confirmar a realidade da operação, o seu progresso físico, a exatidão da informação sobre execução física declarada ao programa, bem como o respeito pelas regras comunitárias em matéria de publicidade.

Prosseguindo o objetivo de garantir a legalidade, conformidade e regularidade dos apoios concedidos ao abrigo da **modalidade de custos unitários**, a determinação dos montantes de despesa a aprovar deverá ser efetuada com base na atividade física declarada e no cumprimento das condições para o pagamento.

Em sede de análise de cada pedido de reembolso, é seleccionada para verificação uma amostra aleatória mínima de 30 estagiários, tendo por referência os dados acumulados declarados pelo

IEFP, I.P. no módulo de execução física da operação. Identificam-se, de seguida, os documentos considerados relevantes para a referida análise:

- Comprovativo da condição de jovem NEET;
- Comprovativo da habilitação literária detida;
- Comprovativo da condição de deficiência e incapacidade do estagiário ou de outro fator de majoração, quando aplicável;
- Comprovativo da dimensão da entidade acolhedora;
- Mapas de assiduidade relativos aos meses declarados no pedido de reembolso em análise;
- Cópias do contrato celebrado entre a entidade acolhedora e o estagiário;
- Cópia do termo de aceitação assinado pela entidade acolhedora do estágio;
- Os demais elementos que se apresentem necessários para aferir da elegibilidade do estágio na política pública e na respetiva Tipologia de operações, assim como para validação do custo unitário de referência praticado.

O montante total dos custos a aprovar por cada pedido de reembolso resulta do cruzamento entre os dados de execução física declarados (identificação exaustiva de cada estagiário, da sua habilitação e do n.º de meses acumulado do estágio) e as tabelas de custos unitários identificadas em cada Aviso em concreto.

A dimensão e o tipo de documentação de suporte a solicitar aos beneficiários para efeitos de verificação administrativa baseia-se numa avaliação dos riscos de cada tipo de operação ou beneficiário, pelo que pode proceder-se à seleção complementar de amostras dirigidas.

▪ **Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.**

O processamento dos apoios ao estagiário é regulado nos normativos legais associados a cada uma das medidas, estando os respetivos regulamentos disponíveis no portal do IEFPP.

Anexo

Diplomas legais que definem as medidas de política pública enquadradas nas tipologias de operação abrangidas pela metodologia de custos simplificados

- **Estágios Emprego:**

Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pela Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro e pela Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro (Período de vigência: 31 de janeiro de 2014 até 30 de julho de 2014);

Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho que altera e republica a Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 9841-A/2014, de 28 de julho (Período de vigência: em vigor a partir de 31 de julho de 2014), pelo Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017) e pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).

- **Estágios de Inserção para Pessoas com Deficiência e Incapacidade:**

Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, alterado pela Lei n.º 24/2011, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 131/2013, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 108/2015, de 17 de junho;

Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pela Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro e pela Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro (Período de vigência: 31 de janeiro de 2014 até 30 de julho de 2014);

Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho que altera e republica a Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 9841-A/2014, de 28 de julho (Período de vigência: em vigor a partir de 31 de julho de 2014), pelo Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017) e pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).

- **Medida REATIVAR:**

Portaria n.º 86/2015, de 20 de março, regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 3651/2015, de 13 de abril, pelo Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017) e pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).

- **Medida Estágios Profissionais:**

Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 4462/2017, de 24 de maio, com as adaptações decorrentes das medidas de intervenção no âmbito dos incêndios introduzidas pela Portaria n.º 254/2017, de 11 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 35/2017, de 11 de outubro, Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 9620/2017, de 02 de novembro, pelo Despacho n.º 3803/2018, de 16 de abril pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho, pelo despacho n.º 3184/2019, de 22 de março e pelo Despacho n.º 5490/2020 de 13 de maio (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).

- **Medida Estágios ATIVAR.PT:**

Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, alterada pela Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 714-B/2021, de 15 de janeiro (Período de vigência: em vigor a partir de 28 de agosto de 2020).



REACT-EU

Anexo B – Tabelas normalizadas de custos unitários ⁽²⁾⁽³⁾

Tabela 1

Entidades que integram estagiários sem majoração

Nível de qualificação	Entidades previstas no n.º 1 do artigo 15.º da Portaria	Entidades previstas no n.º 2 do artigo 15.º da Portaria	
	80 % do valor da bolsa	Até 30/6/2021 (75 % do valor da bolsa)	Após 30/6/2021 (65 % do valor da bolsa)
2 ou inferior.	€ 464,89	€ 442,95	€ 399,07
3.	€ 535,10	€ 508,77	€ 456,11
4.	€ 605,31	€ 574,59	€ 513,16
5.	€ 640,41	€ 607,50	€ 541,68
6.	€ 745,73	€ 706,23	€ 627,25
7.	€ 851,04	€ 804,97	€ 712,82
8.	€ 956,36	€ 903,70	€ 798,38

Tabela 2

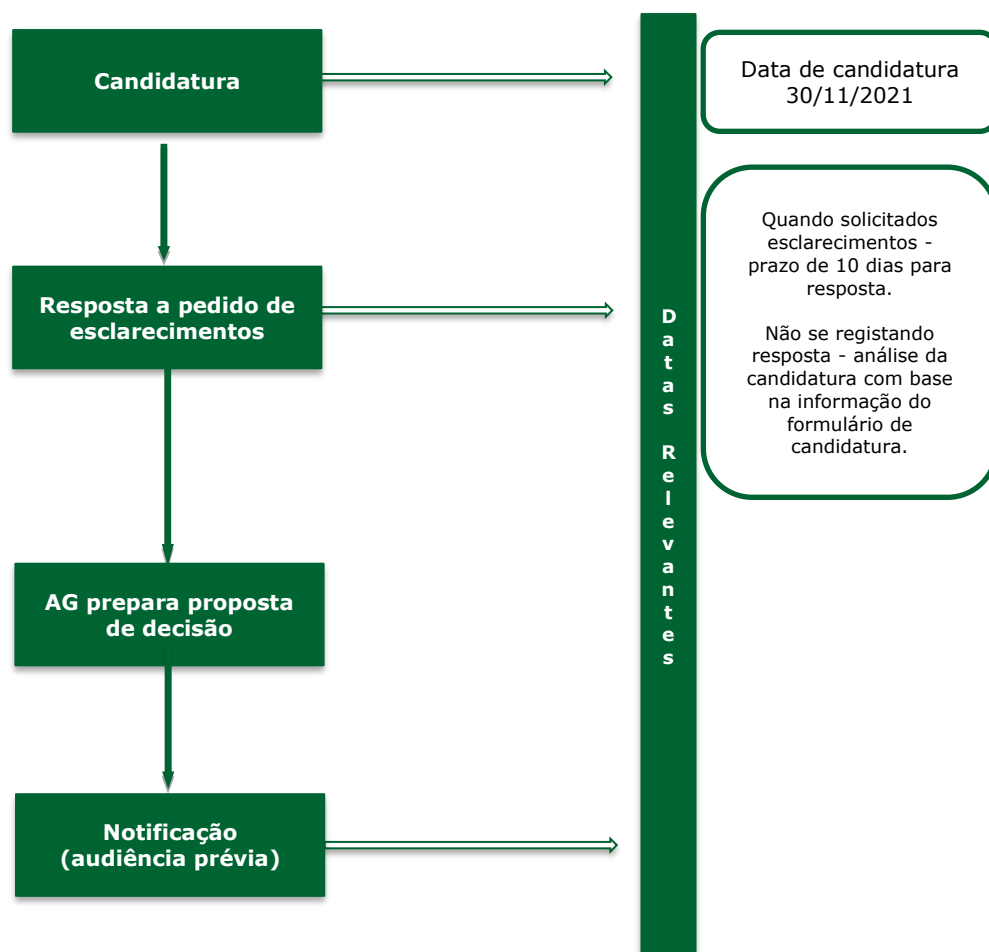
Entidades que integram estagiários com majoração

Nível de qualificação	Entidades previstas no n.º 1 do artigo 15.º da Portaria	Entidades previstas no n.º 2 do artigo 15.º da Portaria	
	(80 % + 15 % = 95 % do valor da bolsa)	Até 30/6/2020 (75 % + 15 % = 90 % do valor da bolsa)	Após 30/6/2021 (65 % + 15 % = 80 % do valor da bolsa)
2 ou inferior.	€ 574,59	€ 552,65	€ 508,77
3.	€ 657,96	€ 631,63	€ 578,98
4.	€ 741,34	€ 710,62	€ 649,19
5.	€ 783,02	€ 750,11	€ 684,29
6.	€ 908,09	€ 868,59	€ 789,61
7.	€ 1 033,15	€ 987,07	€ 894,92
8.	€ 1 158,21	€ 1 105,55	€ 1 000,24

² Despacho n.º 714-B/2021, de 15 de janeiro - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional.

³ A Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho, alarga o prazo até 31-12-2021 para aplicação da comparticipação a 75% (Tabela 1) e a 90% (Tabela 2).

Anexo C - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas





Aviso Convite n.º 07/REACT-EU/2021



REACT-EU



COMPETE
2020



REACT-EU